



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
11ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL DE
CULTURA – 2024/2026

1 **ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL**
2 **DE CULTURA – EIXO 6 – DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS.** Ao
3 24º (vigésimo quarto) dia do mês de setembro de 2024, às 10h, reuniram-se, de
4 forma presencial e virtual por meio do aplicativo Teams (via link distribuído
5 via *WhatsApp*) conforme calendario elaborado e aprovado durante a 30ª Sessão
6 Plenária Ordinária. Sob a presidência da conselheira suplente representante da
7 cadeira de Cultura Afrodescendente **LYDIA LÚCIA NUNES DE SOUSA**. Como
8 relatora a colaboradora **JENNYFER BALBI E SILVA** (CONEC), como apoio a
9 colaboradora **SYMONE FARIAS** (CONEC). O encontro contou com a presença
10 nos termos da lista anexa de participantes presenciais e virtuais, os quais
11 participaram pelo aplicativo supracitado. **MANAUS. Estadual.** 1. Implementação
12 de programas de residência cultural, valorizando a pluralidade e plurivivência
13 amazônica, oferecendo recursos e formação para fazedores de cultura que
14 desejam explorar novas formas de expressão, inclusive por meio de tecnologias
15 digitais; foi sugerido inserir no caderno reserva. 2. Estímulo à produção de
16 pinturas digitais, inclusão de grafismo indígena e africano em parceria com
17 escolas e comunidades, apoiando artistas que exploram as possibilidades de
18 tecnologia na criação artística visual no estado do Amazonas; foi sugerido inserir
19 no caderno reserva. 3. Promoção, difusão e distribuição de cinema e audiovisual
20 digital, incentivando a criação de narrativas amazônicas inovadoras
21 experimentais por meio de novas mídias e tecnologias; foi sugerido fazer revisão
22 textual. 4. Realização (Inclusão nos) de festivais (existentes e de maior
23 relevância) de cultura digital, que abranjam pesquisas, performances,
24 exposições, que explorem e valorizem a diversidade dos municípios do
25 Amazonas, propiciando a interseção entre linguagens artísticas, a partir dos
26 suportes digitais; foi sugerido fazer revisão textual. 5. Implementação de
27 programas de residência cultural, valorizando a pluralidade e plurivivência
28 amazônica, oferecendo recursos e formação para fazedores de cultura que
29 desejam explorar novas formas de expressão, inclusive por meio de tecnologias
30 digitais. foi sugerido inserir no caderno reserva. **Nacional:** 1. Promoção de bienal
31 imersiva, no metaverso, que explore a interação entre as linguagens artísticas e
32 tecnologias digitais para criar experiências sensoriais inovadoras em todas as
33 regiões do país. foi sugerido inserir no caderno reserva 2. Institucionalização de
34 programas de parceria entre a cultura e educação, viabilizando o uso de
35 laboratórios de informática da rede pública de ensino para difusão e fruição das
36 artes e linguagens digitais, garantindo o direito as artes; foi sugerido inserir no
37 caderno reserva. Fomento para criação, requalificação, modernização e
38 catalogação dos acervos das bibliotecas e salas de leitura para garantir a difusão



39 e o acesso a informação por meio de novas plataformas (internet, wi-fi,
40 audiolivros, acervos audiovisual, e-book, livros em braile, livros em libras,
41 equipamentos, acessibilidade e outros);foi sugerido fazer consulta jurídica. 4.
42 Regulamentação da legislação de acesso e de incentivo às artes, com a criação
43 de certames e mecanismos regulatórios que garantam a presença de
44 profissionais da arte e cultura em espaços de atuação específica em cada
45 categoria, de acordo com a sua formação. foi sugerido inserir no caderno reserva
46 5. Fomento para criação, requalificação, modernização e catalogação dos
47 acervos de equipamentos culturais para garantir a difusão e o acesso à
48 informação por meio de novas plataformas (internet, wi-fi, audiolivros, acervo
49 audiovisual, e-book, livros em braile livros em libras, equipamentos,
50 acessibilidade e outros). foi sugerido inserir no caderno reserva. **O conselheiro**
51 **Ludimar Kokama** iniciou a discussão sobre o eixo 6, destacando a proposta de
52 implementar programas de residência cultural na Amazônia, com foco na
53 pluralidade e na valorização das vivências locais. **O conselheiro Dudson**
54 **Carvalho** expressou sua visão de que essa proposta já está contemplada em
55 editais existentes e que a implementação poderia ser complicada devido aos
56 altos custos, sugerindo que se tratasse de um cadastro reserva. A proposta
57 seguinte focou no estímulo à produção de pinturas digitais, incluindo grafismo
58 indígena e africano em parceria com escolas e comunidades **A conselheira**
59 **Lydia Lúcia** reiterou que esse tipo de estímulo já está sendo fomentado pelo
60 sistema atual, concordando novamente com a ideia de um cadastro reserva. **O**
61 **conselheiro Ludimar Kokama**, então, pediu para prosseguir com as discussões
62 sobre as propostas, já que todos concordavam com a abordagem de cadastro
63 reserva para essas iniciativas. Em seguida apresentou a proposta de produção,
64 difusão e distribuição de cinema e audiovisual digital, destacando a importância
65 de criar narrativas amazônicas inovadoras. **O conselheiro Dudson Carvalho**
66 questionou como o estado poderia viabilizar isso, uma vez que a distribuição e
67 promoção já eram contempladas em editais existentes. **A conselheira Jordania**
68 **Galdino** sugeriu que a promoção do audiovisual deve ser tratada por
69 profissionais da área, lembrando de iniciativas anteriores, como a Casa do
70 Cinema. **A conselheira Lydia Lúcia** afirmou que o foco poderia ser direcionado
71 para garantir uma linguagem amazônica nas produções. **O conselheiro Dudson**
72 **Carvalho** reforçou que os editais já contemplam esses aspectos e sugeriu que
73 a proposta fosse tratada como um cadastro reserva. Ele destacou que já há
74 recursos significativos direcionados para o audiovisual, mas que talvez fosse
75 necessário um foco maior na produção de conteúdos com características
76 amazônicas. A discussão se concentrou na necessidade de direcionamento e
77 celeridade nas políticas culturais, sem perder de vista a abrangência das
78 iniciativas já existentes. **A conselheira Lydia Lúcia** discutiu a proposta de
79 realizar festivais de cultura digital, que abrangeriam pesquisas e performances
80 em diversas linguagens artísticas. Foi destacado que já existem iniciativas



81 semelhantes, como os festivais de cultura geek, que contemplam esses
82 aspectos. **O conselheiro Dudson Carvalho** sugeriu que, em vez de criar novos
83 festivais, o foco poderia ser na inclusão dessas novas linguagens nos grandes
84 eventos já existentes, como o Festival de Parintins e outras festas regionais,
85 aproveitando o público e as estruturas já disponíveis. A proposta foi ajustada
86 para enfatizar a inclusão dessas manifestações artísticas nos festivais já
87 consagrados, reconhecendo as limitações de infraestrutura em algumas áreas
88 do interior do estado. **A conselheira Lydia Lúcia** concordou com a necessidade
89 de ajustar a redação para refletir essas sugestões, reafirmando que a proposta
90 não precisaria ser tratada como um cadastro reserva, mas sim como uma
91 proposta de inclusão e ampliação das oportunidades para a cultura digital. **O**
92 **conselheiro Dudson Carvalho** comentou que, para não esquecer, a proposta
93 deve enfatizar a inclusão nos festivais já existentes, especialmente os de maior
94 relevância. Ele sugeriu que a inclusão desses segmentos culturais ocorra dentro
95 dos grandes festivais que já acontecem. Também fez uma analogia, afirmando
96 que seria como criar polos culturais, abrangendo desde o Baixo Solimões até o
97 Rio Amazonas. Ele propôs que a implementação comece com dois municípios,
98 como São Gabriel, que está a uma distância razoável de Manaus, e que, com o
99 tempo, o mapeamento se expanda para incluir mais cidades, alcançando um
100 número significativo de participantes. **O conselheiro Ludimar Kokama**
101 acrescentou que nas festividades dos padroeiros no Alto Solimões há uma
102 movimentação cultural intensa, o que poderia ser uma oportunidade para incluir
103 essas manifestações culturais durante os festejos, fortalecendo assim a cultura
104 local. Em seguida, apresentou a quinta proposta, que envolve a implementação
105 de programas de residência cultural, com o objetivo de valorizar a pluralidade e
106 a pluri vivência amazônica. Esses programas ofereceriam recursos e formação
107 para os fazedores de cultura que desejam explorar novas formas de expressão,
108 inclusive por meio de tecnologias digitais. Ele sugeriu que essa proposta fosse
109 encaminhada para o caderno reserva, comparando-a com as propostas
110 anteriores. **O conselheiro Dudson Carvalho** concordou com essa avaliação, e
111 não houve mais manifestações sobre o assunto. **O conselheiro Ludimar**
112 **Kokama** então conduziu a reunião para discutir as propostas nacionais,
113 começando pela programação de uma bienal. Ele mencionou que a bienal
114 pretendia explorar a interação entre linguagens artísticas e tecnologias digitais,
115 criando experiências sensoriais inovadoras em todo o país. **O conselheiro**
116 **Dudson Carvalho** observou que a proposta era semelhante à que seu suplente
117 havia apresentado anteriormente, e mencionou uma verba de 300 mil destinada
118 à realização dessa bienal e um desfile de moda. Ele destacou que a proposta
119 era ambiciosa e deveria ser discutida pelo grupo. **O conselheiro Ludimar**
120 **Kokama** comentou que a proposta incluía a promoção de uma bienal no
121 metaverso, levantando questões sobre a viabilidade de tal iniciativa. Vanderley
122 Gororoba ressaltou a falta de recursos para manter eventos no universo real,



123 muito menos no metaverso. Assim, os conselheiros decidiram que a proposta
124 seria colocada no caderno reserva. Prosseguiu com a segunda proposta, que
125 envolvia a institucionalização de programas de parceria entre cultura e
126 educação. Esses programas visavam viabilizar o uso de laboratórios de
127 informática nas escolas públicas para a difusão e influência das artes em
128 linguagens digitais, garantindo o direito às artes. Ele questionou a inclusão dessa
129 proposta, sugerindo que deveria haver uma parceria com a Secretaria de
130 Educação para sua implementação. **O conselheiro Ludimar Kokama**
131 apresentou a terceira proposta, que propunha o fomento à criação,
132 requalificação, modernização e catalogação dos acervos das bibliotecas e salas
133 de leitura. O objetivo era garantir a difusão e o acesso à informação por meio de
134 novas plataformas, como internet Wi-Fi, audiolivros, acervos audiovisuais, e-
135 books, livros em Braille, livros em Libras e equipamentos de acessibilidade. **A**
136 **conselheira Lydia Lúcia** destacou que essa era uma atribuição do IPHAN e das
137 bibliotecas federais, mencionando que já existiam iniciativas nesse sentido,
138 como a Biblioteca Nacional, que é digitalizada e contribui para a preservação do
139 acervo. **O conselheiro Ludimar Kokama** observou que a proposta solicitava
140 fomento, mas o CONEC reiterou que o IPHAN já tinha responsabilidades nessa
141 área. **O conselheiro Dudson Carvalho** levantou uma preocupação sobre a
142 possibilidade de a proposta estar se referindo a iniciativas voltadas para os
143 escritores locais. Ele questionou se o material produzido por autores do estado
144 estava devidamente digitalizado e expressou receio de que, ao enviar a proposta
145 para o caderno reserva, poderiam perder a oportunidade de desenvolver um
146 trabalho focado nos escritores da região. **A conselheira Lydia Lúcia** esclareceu
147 que a proposta era de âmbito nacional e pedia o fomento à criação,
148 requalificação e modernização da catalogação dos acervos, o que já era uma
149 prática existente. Discutiu a proposta de regulamentação da legislação de
150 acesso e incentivo às artes. A proposta visava criar mecanismos regulatórios
151 que garantissem a presença de profissionais da arte e cultura em espaços de
152 atuação específicos, conforme suas formações. **O conselheiro Ludimar**
153 **Kokama** introduziu a proposta, ressaltando a importância de garantir que
154 profissionais qualificados ocupem as posições adequadas nas diferentes áreas
155 culturais. Ele perguntou se havia alguma manifestação sobre o assunto. **O**
156 **conselheiro Dudson Carvalho** expressou sua concordância, destacando que a
157 regulamentação ajudaria a profissionalizar ainda mais o setor cultural,
158 assegurando que as pessoas certas estivessem em lugares que valorizassem
159 suas habilidades e conhecimentos. **A conselheira Lydia Lúcia** concordou que
160 essa regulamentação era fundamental e que deveria ser discutida mais a fundo
161 para garantir que a cultura e a arte fossem tratadas com a devida seriedade e
162 apoio. A reunião continuou com a consideração das implicações e a necessidade
163 de um planejamento adequado para implementar essa proposta. **O conselheiro**
164 **Dudson Carvalho** comentou que legislar não é função do conselho, ressaltando



165 que a proposta em questão deveria ser encaminhada para a assembleia, uma
166 vez que envolve legislação de acesso e incentivo. Ele compreendeu a intenção
167 da proposta, que visa abrir espaços para artistas formados atuarem em escolas
168 e instituições, mas enfatizou que a regulamentação não deveria passar pelo
169 conselho. **A conselheira Lydia Lúcia** apoiou essa visão, sugerindo que a
170 proposta fosse direcionada ao cadastro reserva. **O conselheiro Dudson**
171 **Carvalho** ainda solicitou ao doutor Sérgio Cruz que o corrigisse caso estivesse
172 equivocado em sua análise. **A conselheira Lydia Lúcia** informou, conforme
173 orientação do doutor Sérgio, os conselheiros poderiam ficar tranquilos, pois após
174 o trabalho de revisão, ele cuidaria de ler e reler os encaminhamentos realizados.
175 **O conselheiro Ludimar Kokama** apresentou a proposta de fomento para a
176 criação, requalificação, modernização e catalogação dos acervos de
177 equipamentos culturais, visando garantir o acesso à informação por meio de
178 novas plataformas, como internet e audiovisuais. Ele observou que essa
179 proposta é semelhante a uma anterior discutida. **CAAPIRANGA. Estadual. 1.**
180 **Garantir anualmente, através da política nacional de cultura a**
181 **contemplação da Lei Aldir Blanc, assegurando oportunidades para novas**
182 **artistas.** Foi inserido no caderno reserva. **O conselheiro Ludimar Kokama**
183 prosseguiu, destacou a necessidade de garantir anualmente, por meio de
184 políticas culturais, oportunidades para novos artistas, mencionando a Lei Aldir
185 Blanc, que continuará a contemplar projetos por mais quatro anos. **O**
186 **conselheiro Dudson Carvalho** enfatizou que a oportunidade já está sendo
187 oferecida a cada ano e que, portanto, a proposta poderia ser encaminhada
188 diretamente ao cadastro reserva. **URICURITUBA. 1. Reconhecimento dos**
189 **Jogos Eletrônicos como novas vertentes e modalidades culturais.** Foi
190 inserido no caderno reserva. **2. Criação de Praças Digitais com intuito de**
191 **oferecer internet de qualidade aos jovens do interior.** Foi inserido no caderno
192 reserva. Em seguida, **O conselheiro Ludimar Kokama** introduziu a próxima
193 proposta, relacionada ao reconhecimento dos jogos eletrônicos como novas
194 vertentes culturais. **O conselheiro Dudson Carvalho** expressou sua
195 discordância, afirmando não considerar jogos eletrônicos uma modalidade
196 cultural, enquanto o **conselheiro Ludimar Kokama** ressaltou a complexidade
197 envolvida, mencionando questões legais sobre jogos de azar. A conversa se
198 voltou para a falta de clareza na proposta, e o **conselheiro Dudson Carvalho**
199 argumentou que a redação não estava adequada. **O conselheiro Vanderley**
200 **Pinheiro** acrescentou que já existem editais voltados para esse segmento. **A**
201 **conselheira Lydia Lúcia** concluiu que, dada a situação, a proposta também
202 deveria ser encaminhada ao cadastro reserva. **O conselheiro Ludimar Kokama**
203 mencionou a segunda proposta de criação de praças digitais, com o objetivo de
204 oferecer internet de qualidade aos jovens do interior. Ele destacou que essa
205 proposta já havia sido aprovada anteriormente, referindo-se à discussão sobre o
206 programa Wi-Fi Popular. **A conselheira Lydia Lúcia** confirmou que se tratava



207 de uma iniciativa municipal, enfatizando a importância da proposta. No entanto,
208 decidiram que ela deveria ser encaminhada ao cadastro reserva. **MAUÉS. 1.**
209 **Usar os laboratórios de informática das escolas públicas e particulares do**
210 **município de Maués, como forma de fomento à cultura. Foi inserido no**
211 **caderno reserva 2. Criar mecanismos de facilitação ao acesso aos meios**
212 **digitais e alternativas de plataformas existentes; Foi inserido no caderno**
213 **reserva 3. Promoção de ações, como roda de conversa, fórum setoriais e**
214 **formação com incentivo do Conselho Municipal de Políticas Culturais**
215 **(CMPC), mobilizando a sociedade civil para conhecimento das políticas de**
216 **cultura existentes.** Foi inserido no caderno reserva. **O conselheiro Ludimar**
217 **Kokama** apresentou a proposta do município de Maués, que visa garantir o
218 acesso livre e gratuito à internet de qualidade, além da distribuição de
219 equipamentos eletrônicos e digitais, como laboratórios e lan houses. A ideia é
220 promover um programa que amplie o acesso às ferramentas tecnológicas. **A**
221 **conselheira Lydia Lúcia** discutiu que essa proposta é relevante, mas
222 considerou que pode ser complexa, demandando um planejamento cuidadoso e
223 uma abordagem gradual. Por isso, decidiram encaminhá-la para o cadastro
224 reserva, a fim de que seja revisitada em um momento mais adequado. A terceira
225 proposta de Maués é a promoção de ações como rodas de conversa e fóruns
226 setoriais, incentivando a participação da sociedade civil no reconhecimento das
227 políticas culturais, com apoio do Conselho Municipal de Políticas Culturais
228 (CNPC). Foi decidido que essa proposta também deve ser encaminhada para o
229 cadastro reserva. **RIO PRETO DA EVA. 1. Garantir o acesso às ferramentas**
230 **tecnológicas e à formação do agente cultural (sociedade civil e governo),**
231 **promovendo a criação de plataforma digital universalizada e gratuita, com**
232 **acessibilidade, que ofereça a exibição de produções nacionais em todas as**
233 **linguagens artísticas e culturais digitalizadas.** Foi inserido no caderno
234 reserva. **2. Garantir o acesso livre, gratuito e irrestrito à internet de**
235 **qualidade, criando uma política de acesso e distribuição de equipamentos**
236 **eletrônicos e digitais, bem como a criação de pontos de acesso público**
237 **aos equipamentos e ferramentas tecnológicas atualizadas, como**
238 **laboratórios, lan-houses, etc, promovendo, também, um programa de**
239 **isenção fiscal em equipamentos digitais e eletrônicos para agentes**
240 **culturais devidamente cadastrados no Sistema Nacional de Informações e**
241 **Indicadores Culturais.** Foi inserido no caderno reserva. **A conselheira Lydia**
242 **Lúcia** informou que primeira proposta proposta visa garantir o acesso a
243 ferramentas tecnológicas e a formação de agentes culturais, promovendo a
244 criação de uma plataforma digital universalizada e gratuita, com acessibilidade
245 para exibir produções nacionais em diversas linguagens artísticas e culturais.
246 Durante a discussão, ficou evidente que a proposta envolve várias questões
247 complexas, como a necessidade de um trabalho focado para a criação dessa
248 plataforma, sugerindo que poderia ser um tema para ser revisitado no futuro,



249 talvez em cinco anos. A segunda proposta complementa a primeira ao garantir
250 acesso livre, gratuito e irrestrito à internet de qualidade. Propõe a criação de uma
251 política de distribuição de equipamentos eletrônicos e digitais, além de
252 estabelecer 7 pontos de acesso público a ferramentas tecnológicas atualizadas,
253 como laboratórios e lan houses. Também sugere um programa de isenção fiscal
254 em equipamentos digitais para agentes culturais devidamente cadastrados.
255 Ambas as propostas foram encaminhadas para o caderno reserva. No município
256 de **SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ**. **1. Disponibilizar “Cursos de Comunicadores**
257 **Populares” para a juventude Içaense; Foi inserido no caderno reserva.**
258 **2. Proporcionar por meio do CETAM, UEA e LICEU a disponibilização de**
259 **cursos voltados a promoção das linguagens digitais; Foi inserido no**
260 **caderno reserva.** **3. Fortalecer os canais de divulgação de arte digital**
261 **existentes no município; Foi inserido no caderno reserva.** **4. Disponibilizar**
262 **recursos financeiros para a criação e ampliação de espaços digitais e**
263 **físico, para a formação, produção e divulgação de artes.** Foi inserido no
264 caderno reserva. **O conselheiro Ludimar Kokama** apresentou a primeira
265 proposta de disponibilizar cursos de comunicadores populares para a juventude
266 é reconhecida como uma iniciativa que deve ser promovida pelo município.
267 Portanto, foi encaminhada para o cadastro reserva, já que é bastante específica
268 e está mais na alçada local. A segunda proposta sugere a oferta de cursos
269 voltados à promoção das linguagens digitais por meio do CETAM (Centro de
270 Educação Tecnológica do Amazonas). Essa também foi colocada no cadastro
271 reserva, já que o CETAM já realiza essa atividade. A terceira proposta busca
272 fortalecer os canais de divulgação da arte digital existente no município, que, por
273 sua natureza, também foi direcionada para o cadastro reserva. A quarta
274 proposta, que visa disponibilizar recursos financeiros para a criação e ampliação
275 de espaços digitais e físicos para formação, produção e divulgação de artes,
276 gerou discussões. O entendimento é de que essa responsabilidade cabe aos
277 municípios. Os conselheiros destacaram que a proposta não deve ser apenas
278 para o município que a apresentou, pois, o estado deve considerar todos os
279 entes. Isso torna a implementação complexa, e foi decidido que essa proposta
280 deve ser avaliada com cautela. Por fim, o município de **BOA VISTA DO RAMOS.**
281 **Estadual. 1. Criação do portal virtual para divulgação de trabalhos culturais dos**
282 **grupos culturais, artistas, músicos e produtores culturais para acesso e**
283 **conhecimento do público; (REVISÃO TEXTUAL) (Inclusão de apoio e divulgação**
284 **nas mídias oficiais do Estado) (atenção especial aos municípios, links para o**
285 **portal). Nacional. 1. Sistema Cultural de Gestão Integrado – SCGI que**
286 **garanta a todos os grupos de manifestos culturais o compartilhamento dos**
287 **eventos a nível nacional, bem como, garantir o acesso gratuito à internet**
288 **nas áreas reconhecidas e autorizadas pelos municípios como espaços de**
289 **convivência cultural para facilitar a criação e o desenvolvimento de**
290 **atividades que favoreçam a produção, difusão e fruição das linguagens**



291 **artísticas.** Foi inserido no caderno reserva.– NACIONAL. 2. **Retorno da**
292 **implantação dos pontos de cultura da Zona Urbana e Rural.** Foi inserido no
293 caderno reserva.– NACIONAL). **O conselheiro Ludimar Kokama** apresentou a
294 proposta busca criar um portal virtual para divulgar os trabalhos culturais de
295 artistas, músicos e grupos culturais. Essa ideia foi bem recebida, especialmente
296 pela sua importância em centralizar a divulgação do patrimônio cultural do
297 estado. O conselho discute a necessidade de um portal universal que reúna
298 informações de todos os municípios, facilitando o acesso do público às
299 produções locais. Foi levantada a necessidade de garantir um investimento em
300 divulgação para que a plataforma realmente funcione, sugerindo que uma parte
301 dos recursos destinados à comunicação dos governos estaduais e municipais
302 seja alocada para promover os trabalhos dos artistas. Os conselheiros
303 enfatizaram que a criação desse portal deve ser acompanhada de um plano de
304 divulgação robusto, já que a falta de visibilidade é um dos principais desafios
305 enfrentados pelos artistas. Também incluiu a importância de vincular a
306 divulgação do portal às verbas já existentes para comunicação nas secretarias
307 estaduais e municipais, garantindo que haja recursos suficientes para a
308 manutenção e atualização da plataforma. **O conselheiro Dudson Carvalho**
309 expressou a importância de criar um portal estadual que centralize as
310 informações culturais de todos os municípios, destacando a necessidade de que
311 a mídia oficial do estado dê visibilidade a artistas de diversas localidades, como
312 Tabatinga, Parintins e Manacapuru. Ele argumenta que a divulgação dos
313 talentos regionais deve ser uma prioridade, comparando a importância de
314 promover obras culturais a outros tipos de investimentos que frequentemente
315 recebem destaque na mídia. Enfatizou que, enquanto a visibilidade na mídia
316 oficial é crucial, a responsabilidade de valorizar os artistas localmente recai sobre
317 cada município. Ele defende uma abordagem legislativa que assegure a
318 promoção dos artistas em plataformas de grande alcance, para que eles possam
319 ganhar reconhecimento fora de suas regiões. A ideia é que essa visibilidade
320 ajude a criar um cenário cultural mais integrado e inclusivo, beneficiando artistas
321 e artesãos de todas as partes do estado. **O conselheiro André Durand**
322 destacou a importância de adotar uma abordagem humanitária ao tratar dos
323 artistas que vivem em áreas isoladas. Ele enfatizou que muitos deles, apesar de
324 serem contemplados por políticas como a LPG, enfrentaram dificuldades para
325 ter seus trabalhos divulgados nas mídias sociais do estado e na Secretaria de
326 Cultura e Economia Criativa. Expressou preocupação com o fato de que a
327 promoção de artistas pode ser impulsionada mais por necessidades
328 administrativas, como a prestação de contas, do que por um verdadeiro
329 compromisso com a visibilidade cultural. Ele ressaltou a necessidade de se
330 pensar em políticas inclusivas que atendam as demandas da sociedade civil,
331 especialmente em um contexto em que novas eleições estão se aproximando, o
332 que pode trazer mudanças significativas nas diretrizes culturais. **O conselheiro**



333 **Vanderley Pinheiro** compartilhou sua experiência pessoal ao buscar apoio da
334 Secretaria de Cultura (SEC) para divulgar um projeto cultural em 2022. Ele
335 relatou que, na época, foi direcionado ao setor de marketing, mas enfrentou
336 resistência e acabou se sentindo excluído do processo de divulgação. Destacou
337 uma mudança na postura da SEC, afirmando que atualmente a equipe parece
338 mais receptiva e assertiva em relação aos artistas. Ele mencionou que a
339 profissional que o atendeu anteriormente agora demonstra um certo remorso
340 pelo tratamento que ele recebeu, o que sugere um reconhecimento da
341 importância de dar visibilidade aos projetos culturais. **A conselheira Lydia Lúcia**
342 destacou a importância de revisar o texto da proposta de Boa Vista do Ramos,
343 enfatizando a inclusão do apoio e da divulgação nas mídias oficiais do estado.
344 Ela levantou a questão de quem será responsável por manter o portal ativo e
345 alimentado, indicando que essa é uma preocupação central no desenvolvimento
346 da proposta. Lydia sugeriu que a revisão textual poderia ser realizada tanto
347 individualmente quanto coletivamente, ressaltando a necessidade de um tópico
348 que lembre a importância de ampliar a proposta. Ela pediu que o doutor Sérgio,
349 oferecesse uma explicação sobre a versão jurídica da proposta, buscando
350 garantir que todos os aspectos legais sejam considerados. **Doutor Sérgio Cruz**
351 ressaltou que a discussão em andamento abrange tanto o plano estadual quanto
352 a imprescindível participação dos municípios nas ações culturais. Ele destacou
353 que, embora o foco principal esteja nas diretrizes estabelecidas para o estado, é
354 fundamental que os municípios desempenhem um papel ativo na divulgação e
355 no suporte aos artistas locais. Enfatizou que, para que os artistas que residem
356 no interior do estado ganhem visibilidade, é crucial que exista uma colaboração
357 efetiva entre o governo estadual e as administrações municipais. Embora o
358 estado esteja disposto a apoiar esses artistas, a divulgação inicial de seus
359 trabalhos deve ocorrer em nível municipal, onde as comunidades têm uma
360 compreensão mais profunda das necessidades e particularidades de seus
361 artistas. Ele esclareceu que, se um artista decidir buscar apoio diretamente do
362 estado, isso é permitido e não há impedimentos para essa abordagem. No
363 entanto, ele reiterou a importância de priorizar a comunicação e o suporte local,
364 pois isso pode maximizar as oportunidades de divulgação para os talentos
365 regionais. Além disso, sugeriu que, durante o processo de revisão da proposta,
366 seja considerado como os municípios podem contribuir para essa comunicação
367 e apoio. Isso inclui garantir que o portal do estado funcione como um canal
368 efetivo e acessível para artistas de todas as regiões, facilitando a inserção de
369 suas informações e trabalhos na plataforma. Ele finalizou sua fala enfatizando a
370 necessidade de um sistema de colaboração que beneficie tanto os artistas locais
371 quanto o panorama cultural do estado como um todo. **A conselheira Lydia**
372 **Lúcia** expressou sua preocupação sobre a criação de um portal cultural,
373 questionando se ele seria estruturado dentro do sistema do estado. Ela destacou
374 a importância de esclarecer como esse portal funcionaria na prática e qual seria



375 seu impacto nas políticas culturais locais. Por sua vez, **o conselheiro Ludimar**
376 **Kokama** complementou a discussão, enfatizando a necessidade de uma
377 infraestrutura municipal para alimentar o portal. Ele ressaltou que, para que o
378 portal seja efetivo, os municípios devem ter um mecanismo de envio regular de
379 conteúdo, garantindo que as informações sobre artistas e atividades culturais
380 sejam atualizadas e acessíveis. Ele frisou que não basta apenas desenvolver um
381 portal a nível estadual; é essencial que haja uma colaboração ativa dos
382 municípios para que o sistema funcione de maneira integrada e eficaz. **A**
383 **conselheira Lydia Lúcia** reafirmou a importância de revisar o texto da proposta,
384 sublinhando a necessidade de um foco especial na comunicação nos municípios.
385 Ela sugeriu que Jennyfer, responsável pela documentação, preste atenção a
386 esse aspecto durante o processo de revisão. **O conselheiro André Durand**, por
387 sua vez, solicitou que a mediadora ou o mediador realizasse uma votação sobre
388 a questão discutida. Ele argumentou que essa abordagem garantiria que, ao
389 serem divulgadas as propostas, todos os conselheiros estivessem cientes das
390 decisões tomadas, evitando que algum deles se sentisse desinformado ou
391 desconsiderado em relação às discussões culturais. **A conselheira Lydia Lúcia**
392 esclareceu que estava elaborando uma redação para ser submetida à votação,
393 ressaltando que as alterações seriam bem-vindas, mas que o foco deve ser a
394 comunicação com os municípios. Ela destacou a importância de manter essa
395 atenção especial em mente. **O conselheiro Dudson Carvalho**, em resposta,
396 reiterou que a discussão sobre a criação de um portal não deveria desconsiderar
397 a realidade de cada município, uma vez que a implementação de tal iniciativa é
398 individual. Ele enfatizou que é crucial estabelecer uma fonte centralizada onde
399 os artistas possam acessar informações, mencionando que o portal poderia ser
400 implementado em qualquer local, desde que funcionasse como um ponto de
401 referência. Dudson argumentou que, uma vez que o portal exista, a inclusão
402 obrigatória de informações nas mídias oficiais do estado permitirá que os
403 municípios se beneficiem desse recurso. Ele observou que, atualmente, as
404 condições financeiras limitam a capacidade de divulgação de projetos culturais.
405 Portanto, a obrigação de alimentar o portal deve recair sobre os municípios,
406 embora os artistas possam também fazer essa divulgação de forma
407 independente. Ele sugeriu que a revisão textual incluía um indicativo para que os
408 municípios possam trabalhar em um formato semelhante, mas enfatizou que não
409 é possível forçar os prefeitos a criar portais de cultura, especialmente quando
410 muitos ainda não estabeleceram estruturas básicas para a cultura em suas
411 administrações. Para Dudson, o importante é que o conselho faça sua parte de
412 maneira eficaz e aguarde que os municípios realizem a sua. **A conselheira**
413 **Jordania Galdino** trouxe à discussão a importância do portal da cultura do
414 estado, sugerindo que este deve incluir um link para cada um dos 72 municípios,
415 incluindo Manaus. Ela argumentou que cada município deveria ter seu próprio
416 portal, destacando a necessidade de que haja recursos financeiros disponíveis



417 para que as prefeituras possam administrar essa infraestrutura tecnológica.
418 Jordania expressou sua intenção de incluir essa proposta na redação do plano
419 estadual, embora ainda estivesse buscando entender como isso poderia ser
420 implementado de forma prática. Para ela, o portal da cultura do estado deve
421 servir como um espaço que agregue as ações culturais de cada município,
422 facilitando a divulgação e o acesso às informações sobre a cultura local. Ela
423 enfatizou que a dependência total dos municípios em relação ao estado não é
424 ideal, e que é essencial promover uma rede de informações que permita aos
425 municípios não apenas participar, mas também gerenciar suas próprias
426 iniciativas culturais de maneira autônoma. Jordania ressaltou a necessidade de
427 uma busca ativa por soluções que integrem os municípios ao sistema estadual,
428 garantindo que suas ações culturais sejam devidamente representadas e
429 divulgadas. **A conselheira Lydia Lúcia** concordou com a proposta da
430 conselheira Jordania, enfatizando que, neste momento, ainda não estão
431 decidindo a redação final, mas sim criando um dispositivo que permita revisar
432 essa discussão no futuro. Ela propôs a inclusão de "atenção aos municípios" e
433 sugeriu que fossem adicionados "links para o portal", destacando que essas são
434 apenas sugestões de termos que podem ser ajustados posteriormente. Lydia
435 reiterou a importância de registrar essas ideias para que, ao revisar o plano,
436 todos possam lembrar do que foi discutido e considerar como integrar essas
437 propostas de forma eficaz. **A conselheira Lydia Lúcia** esclareceu que, em
438 nenhum momento, sua intenção foi induzir a qualquer conclusão. Ela ressaltou
439 que sua função é reunir as contribuições de todos os conselheiros, tentando
440 incluir cada proposta nas discussões. Lydia afirmou que a proposta não está
441 sendo rejeitada, mas sim otimizada, e que seu papel como mediadora é facilitar
442 o diálogo e transformar as sugestões coletivas em um texto que reflita as ideias
443 de todos, com o objetivo de alcançar um consenso. **O conselheiro Ludimar**
444 **Kokama** retomou a proposta do município de Boa Vista do Ramos, que sugere
445 a criação de um portal virtual destinado à divulgação de trabalhos culturais,
446 abrangendo grupos culturais, artistas, músicos e produtores. Ele destacou que
447 essa proposta visa facilitar o acesso e o conhecimento do público sobre as
448 atividades culturais. Também mencionou que, durante as discussões, foi incluída
449 uma sugestão do conselheiro Dudson Carvalho, que propôs a adição de um
450 lembrete sobre a inclusão de apoio para a divulgação nas mídias oficiais do
451 estado. Além disso, ele ressaltou a importância de dar atenção especial aos
452 municípios, sugerindo a criação de links para o portal que possibilitem a
453 divulgação das ações culturais de cada localidade. Ele enfatizou que o que está
454 sendo discutido não é uma finalização, mas sim uma preparação para a revisão
455 textual, onde todos os lembretes e contribuições feitas durante a reunião serão
456 considerados. A intenção é garantir que as propostas discutidas sejam
457 devidamente registradas e que cada conselheiro tenha a oportunidade de revisar
458 o texto antes de sua aprovação final. **O conselheiro Ludimar Kokama** sinalizou



459 a vontade de avançar para a etapa nacional da discussão, focando na proposta
460 de Boa Vista do Ramos. Ele apresentou a proposta de um Sistema Cultural de
461 Gestão Integrado (SCGI), que visa garantir que todos os grupos de
462 manifestações culturais possam compartilhar seus eventos em nível nacional.
463 Ludimar enfatizou a importância de assegurar acesso gratuito à internet em
464 áreas reconhecidas e autorizadas pelos municípios como espaços de
465 convivência cultural. Isso, segundo ele, facilitará a criação e o desenvolvimento
466 de atividades que promovam a produção e fruição das diversas linguagens
467 artísticas. Ele então abriu a palavra para sugestões ou novas propostas
468 relacionadas a essa iniciativa, buscando garantir que todos os conselheiros
469 tivessem a oportunidade de contribuir para o enriquecimento da discussão. **O**
470 **conselheiro Elson Rocha** expressou sua preocupação em relação às propostas
471 de caráter nacional que já foram discutidas e aprovadas na conferência nacional.
472 Ele argumentou que as deliberações feitas em nível nacional não devem ser
473 reavaliadas pelo conselho estadual, uma vez que isso poderia desviar o foco das
474 questões locais que precisam ser abordadas. Elson ressaltou que, ao discutir e
475 votar sobre esses temas já definidos em conferências superiores, o conselho
476 estaria perdendo tempo e não teria a autoridade necessária para alterar ou rever
477 essas propostas. Portanto, ele sugeriu que a atenção do conselho se
478 concentrasse em questões estaduais que são pertinentes e que podem ser
479 efetivamente abordadas em suas deliberações. **O conselheiro Elson Rocha**
480 reiterou sua posição de que todas as demandas, sejam elas estaduais ou
481 municipais, devem ser discutidas dentro do âmbito do conselho estadual. Ele
482 argumentou que debater propostas que já foram estabelecidas em nível nacional
483 não faz sentido, pois essas questões já foram decididas em conferências
484 superiores e não estão sob a jurisdição do conselho. Elson enfatizou que
485 continuar a discutir esses temas nacionais seria uma perda de tempo, pois o foco
486 do conselho deveria ser nas questões que podem ser efetivamente abordadas e
487 implementadas em seu nível de atuação. Assim, ele sugeriu que qualquer
488 proposta que tenha uma natureza nacional fosse tratada em sua própria esfera,
489 deixando o conselho livre para se concentrar em suas atribuições e
490 responsabilidades específicas. **O conselheiro Ludimar Kokama** mencionou
491 que era necessário um caderno reserva. **A conselheira Lydia Lúcia** pediu que
492 seja inserido no caderno reserva. **O conselheiro Ludimar Kokama** mencionou
493 que era necessário um caderno reserva, pois o caderno nacional estava sob a
494 responsabilidade de Jennyfer. **A conselheira Lydia Lúcia** confirmou a
495 necessidade do caderno reserva e explicou que alocava e incluía uns traços
496 nacionais na reserva. **O conselheiro Ludimar Kokama** perguntou se a proposta
497 nacional para a cadeia na reserva nacional já estava pronta. **A conselheira**
498 **Lydia Lúcia** questionou sobre a proposta e disse que o nacional estava perfeito
499 e que a seguinte também era adequada. **O conselheiro Ludimar Kokama** fez
500 uma afirmação e pediu para constar que a confirmação estava apenas a título



501 de registro. **Kokama** destacou que, segundo o retorno da implementação dos
502 pontos de cultura na zona urbana e rural, isso já estava sendo proposto pela
503 PNAB. **A conselheira Lydia Lúcia** confirmou que estava tudo claro e anunciou
504 que concluíram o eixo 6 com êxito, parabenizando a todos. **O conselheiro**
505 **Ludimar Kokama** encerrou a reunião.

LYDIA LÚCIA NUNES DE SOUSA

Presidente – 11ª Reunião da Comissão do PEC – I etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTES:

De Forma Remota:

1. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
2. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
3. Marcos André Durand – Titular representante da cadeira de Dança;
4. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
5. Ludimar Nunes Gonçalves - Titular representante da cadeira de Cultura Indígena
6. Elson Silva da Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval;

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração Da Ata:

7. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

Transcrição:

8. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;
9. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC.

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

10. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
11. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
12. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

13. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.